

DE 21.01.2026
PROCESSO Nº SEI-210001/148517/2025 - ARQUIVE-SE.
CADEIA PÚBLICA COTRIM NETO
DESPACHOS DO DIRETOR DE 07.01.2026
PROCESSO Nº SEI-210001/143864/2025 - ARQUIVE-SE.
DE 20.01.2026
PROCESSO Nº SEI-210001/000385/2026 - ARQUIVE-SE.
DE 20.01.2026
PROCESSO Nº SEI-210001/148470/2025 - ARQUIVE-SE.
PRESÍDIO HÉLIO GOMES
DESPACHOS DO DIRETOR DE 30.01.2026
PROCESSO Nº SEI-210001/005738/2026 - ARQUIVE-SE.
INSTITUTO PENAL EDGARD COSTA
DESPACHOS DO DIRETOR DE 06.01.2026
PROCESSO Nº SEI-210001/151912/2025 - ARQUIVE-SE.
DE 26.01.2026
PROCESSO Nº SEI-210001/003708/2026 - ARQUIVE-SE.
PRESÍDIO JUÍZA DE DIREITO PATRÍCIA ACIOLI
DESPACHO DO DIRETOR DE 09.01.2026
PROCESSO Nº SEI-210001/153102/2025 - ARQUIVE-SE.
PRESÍDIO JOSÉ FREDERICO MARQUES
DESPACHO DO DIRETOR DE 09.01.2026
PROCESSO Nº SEI-210001/153315/2025 - ARQUIVE-SE.
SERVIÇO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS
DESPACHO DO DIRETOR DE 21.01.2026
PROCESSO Nº SEI-210001/145045/2025 - ARQUIVE-SE.
SUBSECRETARIA DE GESTÃO EM SAÚDE PENITENCIÁRIA HOSPITAL HAMILTON AGOSTINHO VIEIRA DE CASTRO
DESPACHOS DO DIRETOR DE 19.01.2026
PROCESSO Nº SEI-210001/133720/2025 - ARQUIVE-SE.
DE 05.01.2026
PROCESSO Nº SEI-210001/148684/2025 - ARQUIVE-SE.
DE 22.01.2026
PROCESSO Nº SEI-210001/081750/2025 - ARQUIVE-SE.
DE 15.01.2026
PROCESSO Nº SEI-210001/132502/2025 - ARQUIVE-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA DE GESTÃO EM SAÚDE PENITENCIÁRIA HOSPITAL HAMILTON AGOSTINHO VIEIRA DE CASTRO
ATO DO DIRETOR DE 26.01.2026
DESIGNA, como Sindicante, o Inspetor de Polícia Penal ANDRÉ LUIZ LOPES DOS SANTOS - ID: 4356778-9. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210001/010260/2026.
SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL INSTITUTO PENAL BENJAMIN DE MORAES FILHO
ATO DO DIRETOR DE 23.01.2026
DESIGNA, como sindicante, o inspetor de polícia penal FÁBIO DE MELO SIMÃO , ID nº. 5001154-5. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210001/009784/2026.
Id: 2711865

Secretaria de Estado de Defesa Civil

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ATO DO DIRETOR-GERAL DE 02.02.2026
LICENCIA, a pedido, do serviço ativo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, a contar de 26 de dezembro de 2025, o Sd BM Q00/21 SIDNEY SOUZA DE SA , RG 53.760, Id Funcional 0051278987, CPF 094013017-35, de acordo com o art. 120, inciso I, da Lei nº 880, de 25 de julho de 1985, tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-270007/060986/2025.
Id: 2711757
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ATO DO DIRETOR GERAL DE 02.02.2026
DESIGNA, a contar da presente publicação, o seguinte servidor: SUB-TEN BM Q06/ACD/00 JANAINA CRISTINA CORREIA DA SILVA VASCONCELOS , RG: 26.896, ID: 264863-2, na função de fiscal setorial substituto (3ª ODONTOCLÍNICA - SJM) do contrato em substituição ao servidor: 1º Sgt BM Q06/ACD/02 LUCY FIRMINO DOS SANTOS , RG: 30.538, ID: 2641103-2, para compor a Comissão de Fiscalização do contrato nº 003/2022, oriundo do processo SEI-270057/002465/2020, firmado com a empresa BRAVO ASSESSORIA E SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA, a referida Comissão deverá seguir ao disposto no Decreto Estadual nº 48.817, de 24 de novembro de 2023, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e demais rotinas que seguem elencadas. Processo nº SEI-270057/002465/2020.
Id: 2711854

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ATOS DO DIRETOR-GERAL DE 03.02.2026
LICENCIA a pedido, do serviço ativo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, a contar de 29 de dezembro de 2025, o Sd BM Q07/24 DAVI SOUZA TCHMOLA , RG 54.039, Id Funcional 0051319071, CPF 136422977-30, de acordo com o art. 120, inciso I, da Lei nº 880, de 25 de julho de 1985, tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-270007/062956/2025.
LICENCIA, ex officio, do serviço ativo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, a contar de 09 de dezembro de 2025, o Sd BM Q08/24 LUCAS LIMA DE FREITAS GOMES , RG 54.389, Id Funcional 0051319497, CPF 149974257-61, por ter sido empossado no cargo de Inspetor de Polícia Penal, na Classe III (inicial), do Quadro I - Permanente de Pessoal Civil, da Administração Direta do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, de acordo com o que estabelece o artigo 121, da Lei Estadual nº 880, de 25 de julho de 1985 (Estatuto dos Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro). Processo nº SEI-270007/060990/2025.
Id: 2712028
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ATO DO DIRETOR GERAL DE 03.02.26
DESIGNA, o seguinte membro para compor a Comissão de Fiscalização como Gestor Técnico Operacional do Contrato nº 45/2024, oriundo do processo SEI-270003/003219/2024, firmado com a empresa GRIDLAB SISTEMAS E SERVIÇOS LTDA, devendo a referida Comissão seguir ao disposto no Decreto Estadual nº 48.817 de 24 de novembro de 2023, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e demais rotinas que seguem elencadas.
SAI GESTOR TÉCNICO OPERACIONAL: CAP BM QOA/02 MARCOS VINICIUS PIMPA DOS SANTOS , RG: 31.361, ID: 000614291-5. ENTRA GESTOR TÉCNICO OPERACIONAL: CAP BM QOC/98 WESLEI DA SILVA BARBOSA , RG: 23.651, ID: 002587440-3.
Processo SEI-270003/004258/2025.
Id: 2712030
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS DE 13.01.2026
PROCESSO Nº SEI-270006/029599/2025 - ADJUDICO e HOMOLOGO a Contratação Direta na modalidade Dispensa Eletrônica do Tipo Menor Preço por Item nº 013/25, cujo objeto é o Serviço de Impressão do Registro de Atendimento Pré-Hospitalar do CBMERJ - RAPH, na forma do Edital, por estar em conformidade com os termos do Art. 75, II da Lei Federal n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 e Art. 8º do Decreto Estadual n.º 48.820, de 27 de novembro de 2023, que teve como vencedora a empresa GRAFICA MAGNIFICO LTDA (CNPJ 38.330.785/0001-33), com proposta no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Id: 2711723
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS DE 29.01.2026
PROCESSOS NºS SEI-270057/000581/2022 E SEI-270003/005671/2025 - AUTORIZO a prorrogação da contratação pelo prazo de 12 (doze) meses, a ser celebrada com a empresa HOSPITAL UNIMED VOLTA REDONDA (UNIDADE LITORAL SUL), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.325.856/0001-06 no valor de R\$ 163.735,58 (Cento e sessenta e três mil, setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), que tem por objeto a prestação de serviços contínuos de credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde, provendo assistência médica em situações de URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, internação hospitalar de urgência/emergência de curta duração e exames complementares de urgência/emergência realizados em beneficiários do Fundo de Saúde e seus dependentes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rio de Janeiro, com fundamentação legal no art. 57, da Lei Federal 8.666/93.
Id: 2711921

Secretaria de Estado de Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE
ATO DA PRESIDENTE
DELIBERAÇÃO CONJUNTA AD REFERENDUM CIB RJ Nº 1.306 DE 29 DE JANEIRO DE 2026.
PACTUA, AD REFERENDUM, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A APROVAÇÃO DOS RECURSOS SOLICITADOS PELOS GESTORES ESTADUAL E/OU MUNICIPAIS, EM PARCELAS SUPLEMENTARES, PARA O EXERCÍCIO DE 2026, PARA CUSTEIO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E ATENÇÃO À MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR, RELACIONADOS À PORTARIA GM/MS Nº 10.169/2026.
A PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE E A PRESIDENTE DO CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e
CONSIDERANDO:
- a Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências,
- o disposto no Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências,
- a Portaria GM/MS Nº10.169 de 19 de janeiro de 2026, que estabelece procedimentos para execução de despesas em ações e serviços públicos de saúde por meio de transferências fundo a fundo, em parcelas suplementares de custeio, da Atenção Primária à Saúde e da Atenção Especializada à Saúde,
- a necessidade de expansão, da oferta de serviços da Atenção Primária à Saúde relacionada, ao credenciamento de novos serviços e equipes; estratégias de busca ativa para vacinação e controle de doenças transmissíveis; estratégias de rastreamento e controle de

condições crônicas, incluindo o deslocamento de usuários; implantação de instrumentos e dispositivos de navegação do cuidado; estratégias para atenção integral à saúde da mulher; apoio às políticas de atenção ao envelhecimento e a saúde da pessoa idosa e; estratégias de promoção das ações das equipes de saúde em acesso fluvial, costeiras, marítimas e comunidades quilombolas,

- a necessidade, de expansão da oferta de serviços especializados, por meio de ações do Programa Agora Tem Especialistas - Componente ambulatorial e componente cirúrgico, Rede Alyne, Política Nacional de Prevenção e Controle de Câncer - PNPCC, Rede de Prevenção e Controle de Câncer - RPCC; e habilitação e qualificação de Serviços da Atenção Especializada,

- o Ofício COSEMS/RJ nº 01/2026, e

- a documentação anexada no Processo nº SEI-080001/002474/2026;

DELIBERAM:

Art. 1º - Pactuar, ad referendum, no âmbito do estado do Rio de Janeiro a aprovação dos recursos solicitados pelos gestores estadual e/ou municipais, de parcelas suplementares, para o exercício de 2026, para custeio da Atenção Primária à Saúde e da Atenção a Média e Alta Complexidade, relacionados à Portaria GM/MS Nº 10.619/2026, de acordo com os montantes previstos publicados no site do Fundo Nacional de Saúde (FNS) disponível em <https://portalfns.saude.gov.br/portaria-gm-ms-no-10-169-ministerio-da-saude-estabelece-procedimentos-para-execucao-de-despesas-em-acoes-e-servicos-publicos-de-saude/>; e no Artigo 9º da Portaria, que estabelece que os recursos financeiros fiquem limitados cumulativamente, a até 100% (cem por cento) do montante de referência dos recursos destinados ao cofinanciamento federal do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, no Grupo de Atenção Primária, no exercício vigente, conforme Anexo I disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.cib.rj.gov.br/arquivos-para-baixar/boletins-cib/2919-prt-10169-pap-rj/file.html>

e de acordo com o montante previsto no Artigo 11º da Portaria, que estabelece que os recursos financeiros fiquem limitados cumulativamente, a até 100% (cem por cento) do montante de referência dos recursos destinados ao cofinanciamento federal do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, no Grupo da Atenção de Média e Alta Complexidade, no exercício vigente, conforme Anexo II disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.cib.rj.gov.br/arquivos-para-baixar/boletins-cib/2918-prt-10169-mac-rj/file.html>

Parágrafo Único - Considerando que, a referida Portaria estabelece:

a) Requisitos estabelecidos para apreciação das propostas pelo Ministério da Saúde.

b) Critérios para assegurar a alocação eficiente, equitativa e transparente destes recursos. Critérios que serão empregados pelo Ministério da Saúde na priorização dos pleitos;

c) Limites máximos no exercício de 2026, das parcelas suplementares, para a Atenção Primária a Saúde e Atenção de Média e Alta Complexidade;

d) Que no exercício de 2026, os recursos estão amparados no montante de referência, do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde no Grupo de Atenção Primária e/ou Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

e) Que o pleito de parcelas suplementares, destinados ao custeio da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, estabelece-se duas possibilidades de majoração, do montante limite de recursos destinados por parcela única, nos incisos I a III do Artigo 11º, somando-se ao limite anual os valores referentes à produção, na modalidade de financiamento Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, e acréscimo de 20% (vinte por cento) aos Estados e Municípios, que possuam o Indicador de Vulnerabilidade Social - IVS maior que 0,3;

Art. 2º - Os recursos referentes à Portaria GM/MS 10.619/2026 deverão ser destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, previstas nos instrumentos de planejamento do SUS (aprova-dos pelo respectivo Conselho Local) com prestação de contas realizada por meio do Relatório Anual de Gestão da respectiva unidade da federação, conforme estabelece a Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012;

Art. 3º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2026

CLAUDIA MARIA BRAGA DE MELLO
Presidente

MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA ROCHA
Presidente do COSEMS

*Repúblicada por incorreção no original publicada no D.O. de 03/02/2026.

Id: 2712120

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

ATO DAS PRESIDENTES

DELIBERAÇÃO CONJUNTA AD REFERENDUM CIB RJ Nº 1.307 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

PACTUA, AD REFERENDUM, A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE IMUNIZAÇÃO CONTRA O VÍRUS SINCICIAL RESPIRATÓRIO PARA CRIANÇAS PREMATURAS E COM COMORBIDADES, COM O ANTICORPO MONOCLONAL NIRSEVIMABE, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE E A PRESIDENTE DO CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO:

- a Nota Técnica nº 109/2025-CGICI/DPNI/SVSA/MS, que trata da descrição das maternidades com internações públicas que irão dispensar o Nirsevimabe, anticorpo monoclonal humano, para a prevenção da infecção pelo Vírus Sincicial Respiratório (VSR), e a orientação do sistema de informação adequado para o registro das doses aplicadas.

- a Nota Técnica nº 40/2025-DPNI/SVSA/MS que trata das orientações para registro de doses aplicadas do Nirsevimabe, anticorpo monoclonal humano, nas apresentações de 0,5ml e 1,0ml.

- o Guia de Estratégia de Imunização contra o Vírus Sincicial Respiratório para crianças prematuras e com comorbidades;

- a documentação anexada no processo nº SEI-080001/003300/2026

DELIBERA:

Art. 1º - Pactua a implementação do anticorpo monoclonal Nirsevimabe no estado do Rio de Janeiro a partir de fevereiro de 2026.

Art. 2º - O Nirsevimabe está indicado para bebês prematuros nascidos com idade gestacional igual ou inferior a 36 semanas e 6 dias, com qualquer peso corpóreo, além de crianças de até 24 meses que apresentem pelo menos umas das seguintes comorbidades: cardiopatia congênita, broncodisplasia, imunocomprometimento, síndrome de Down, fibrose cística, doença neuromuscular e anomalias congênitas das vias aéreas.

Art. 3º - Inicialmente, com o objetivo de garantir a proteção contra o VSR durante a primeira sazonalidade de vida, informamos que fica